



**Secretaria de Controle Externo**

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

**PROCESSO Nº** : 7.106-4/2013  
**PRINCIPAL** : Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso  
**ASSUNTO** : Análise de Defesa das Contas Anuais de Gestão - 2013  
**GESTOR** : Djalma Sabo Mendes Júnior – Defensor Público Geral  
**RELATOR** : Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,**

Trata-se de Análise de Relatório Técnico de Defesa das Contas Anuais de Gestão da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, exercício de 2013, sob a responsabilidade do Sr. Djalma Sabo Mendes Júnior – Defensor Público Geral.

Foram devidamente notificados sob os nºs 2085/2013, 2086/2013, 2087/2013 e 2088/2013, respectivamente, os Srs. Djalma Sabo Mendes Junior – Defensor Público Geral - ; Sr. Klebson Leite Freire – Gerente de Contabilidade –; Sr. Erivany Marques Bispo Marques – Controlador Interno –; e Sr. Walter de Arruda Fortes – Coordenador Financeiro.

As alegações e os documentos apresentados pelos defendentes foram protocolados neste Tribunal, sob o nº 3238-7/2014, em 05/02/2014.

A Auditora, responsável pela análise do referido relatório, concluiu pela manutenção de 6 (seis) irregularidades e pela alteração da redação de 1 (uma) irregularidade. Foram sanadas, portanto, 3 (três) irregularidades das 10 (dez) apontadas, preliminarmente, no Relatório Técnico.

As irregularidades mantidas e a irregularidade alterada encontram-se dispostas a seguir, por responsável, com nova numeração, diversa do Relatório Preliminar de Contas Anuais de Gestão.



Secretaria de Controle Externo

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

- Senhor Djalma Sabo Mendes Junior - Defensor Público Geral
- Senhor Walter de Arruda Fortes – Coordenador Financeiro

**1. DB 14. Gestão Fiscal/Financeira Grave 14.** *Não-retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores.*

**1.1** - Ausência de retenção de imposto de renda em pagamentos à pessoa jurídica, referente a aluguel de imóveis. Essas despesas somaram R\$ **36.446,05**. No total deveriam ter sido recolhidos R\$ **5.209,31** de imposto de renda, referente aos credores dos Contrato nº 003/2006 (R\$ 5.175,81) e Contrato nº 033/2010 (R\$ 33,50). **Irregularidade detalhada no item 4.2.1. (DB 14 – Irregularidade grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)**

**2. JB 01. Despesa Grave 01.** *Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF; art. 4º da Lei nº 4.320/1964; ou legislação específica).*

**2.1.** Pagamento de R\$ 781,90 em multas e juros geradas por atraso em faturas de energia elétrica e serviço de água e esgoto, evidenciando deficiência do planejamento de desembolso financeiro e desvio de finalidade na aplicação dos recursos da Defensoria, ensejando em uma gestão antieconômica, pela criação de encargos adicionais não condizentes com o caráter público da despesa ou com os gastos próprios da Administração Pública (art. 4º da Lei Federal 4.320/64). **Irregularidade detalhada no item 4.11.3. (JB 01 – Irregularidade grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)**

- Senhor Djalma Sabo Mendes Junior - Defensor Público Geral

**3. (LB 22) Previdência Grave 22.** *Existência, no ente, de mais de um RPPS e de mais de uma unidade gestora com finalidade de administrar, gerenciar e operacionalizar o regime (art. 40, § 20, da Constituição Federal).*

**3.1.** Não adesão da Defensoria Pública ao FUNPREV, contrariando disposto constitucional (art. 40, §20 da CRB/88). A Defensoria Pública não realizou a adesão ao Funprev e também não foram constatadas providências para viabilização do feito. **Irregularidade Reincidente.**



**Secretaria de Controle Externo**

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: 3613-2999 / 7198

e-mail: secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br

Descumprimento à determinação contida no Acórdão nº 715/2012-TP. **Irregularidade detalhada no item 4.6.2. (LB 22 – Irregularidade grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT).**

**4. DA 05. Gestão Fiscal/Financeira Gravíssima 05.** *Não-recolhimento das cotas de contribuição previdenciária do empregador à instituição de previdência (arts. 40 e 195, I, da Constituição Federal).*

**4.1.** Ausência de recolhimento da cota patronal referente às contribuições previdenciárias dos servidores efetivos da Defensoria Pública em violação ao disposto no art. 2º, §1º, da Lei Complementar nº 202/2004, alterada pela Lei Complementar nº 254 de 2.10.2006. A Defensoria Pública não efetuou os recolhimentos referentes a cota patronal dos servidores efetivos e também não foram constatadas providências para viabilizar o cumprimento da determinação do TCE-MT. **Reincidente. Irregularidade detalhada no item 4.6.2. (DA 05 – Irregularidade gravíssima, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)**

**5. JB 01. Despesa Grave 01.** *Realização de despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas (art. 15 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF; art. 4º da Lei nº 4.320/1964; ou legislação específica).*

**5.1** - Ausência de medidas a fim de regularizar situação de quatro veículos com infrações de R\$ 3.468,95 pendentes até 22.10.13, conforme pesquisa realizada no site do DETRAN, em desacordo ao disposto nos artigos 16 e 19 do Decreto Estadual nº 2.067 de 11/08/09. **Irregularidade detalhada no item 4.8. (JB 01 – Irregularidade grave, conforme Resolução 17/2010 TCE-MT)**

## **6. Irregularidade não classificada pela Resolução nº 17/2010**

**6.1.** Ausência de concurso público para nomeação de servidores efetivos para os cargos de controlador interno e contador em descumprimento ao estabelecido no inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal, as Resoluções de Consulta nºs 24/2008, 37/2011 e 31/2010, Acórdão 1.589/2007 e Resolução Normativa nº 01/2007. **Irregularidade detalhada no item 4.10.**



**Secretaria de Controle Externo**

Conselheiro José Carlos Novelli

Telefone: 3613-2999 / 7198

e-mail: [secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheironovelli@tce.mt.gov.br)

**(Irregularidade não classificada na Resolução nº 17/2010)**

Com relação à irregularidade - **DB 14. Gestão Fiscal/Financeira Grave 14. Não-retenção de tributos, nos casos em que esteja obrigado a fazê-lo, por ocasião dos pagamentos a fornecedores** – a Auditora recomendou o encaminhamento dos autos à Receita Federal, para averiguação dos fatos junto à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com fundamento no artigo 1º, XIV, da Lei Orgânica do TCE-MT.

É a informação que submete-se à apreciação superior.

**Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 20 de fevereiro de 2014.**

*(assinatura digital)*

Jakelyne Dias Barreto Favreto

**Subsecretária de Controle Externo da Rel. do Cons. José Carlos Novelli**

**DESPACHO**

Visto. Submetemos os autos ao Gabinete do Conselheiro Relator para as providências cabíveis.

*(assinatura digital)*

Andréa Christian Mazeto

**Secretária de Controle Externo da Rel. do Cons. José Carlos Novelli**